

01 OUT 1992

ESTADO DE SAO PAULO

Esclarece a Igreja Católica que, ao canonizar um membro do seu rebanho, está considerando mais as virtudes atribuídas ao novo santo do que a própria pessoa deste. Tal diferenciação deve ser lembrada entre nós, no momento em que 35 milhões de eleitores se sentem profundamente frustrados por alguém que, ao que entendem, os traiu. Na verdade, não se trata de uma pessoa que apoiaram um dia, levando-a à chefia da Nação, mas de um programa que em boa parte foi implementado. Ao seu eventual sucessor no Palácio do Planalto convirá levar em conta este aspecto essencial: a partir de 15 de março de 1990, o Brasil, especialmente no plano econômico, tomou novos rumos, progrediu na senda da modernidade, mas parou, temporariamente, no meio de uma caminhada que não podia ser interrompida.

Seria injusto não reconhecer que o governo Collor modificou as mentalidades no País e contribuiu altamente para que este se aproximasse do estado de espírito predominante nas nações do Primeiro Mundo. Abstraída a figura do autor do discurso de

Não esquecer o programa

Economia - Brasil

posse, impõe-se admitir que o que nele se continha continua a representar um programa plenamente válido.

Começamos a deixar um protecionismo que apenas vinha contribuindo para enriquecer alguns em detrimento da grande maioria, um sistema de reservas de mercado que colocava a realização de investimentos, mola do crescimento, em segundo plano. Incluiu-se, finalmente, em nossos termos a palavra produtividade, reconhecendo-se que é a partir dos seus ganhos que se poderá chegar a uma melhoria do padrão de vida da população, ainda que não se tenha chegado à suficiente consciência de que tal processo exige uma revolução no setor educacional. Modernidade tornou-se a palavra-chave que permanece no entanto mais nos discursos do que nos atos, constituindo um processo que convém aprofundar e dinamizar.

Conseguimos reintegrar-nos à comunidade financeira internacional, ao respeitar regras e compromissos levando em conta a experiência de países vizinhos, que, por se terem adiantado a nós nesse caminho, mostraram que a reintegração representava óti-

mo negócio para o país devedor, o qual, deste modo, poderia voltar a desfrutar da poupança externa para sustentar seu crescimento. Tardamos em deixar uma posição de confronto: não se pode admitir um recuo no momento em que, na prática, conseguimos fechar todos os acordos necessários com a comunidade financeira internacional.

Finalmente soubemos, com lentidão mas com firmeza, adotar uma política antiestatizante, iniciando um processo de privatização que não só está contribuindo para reduzir a dívida do Estado (cujos títulos abusivamente foram chamados de moeda podre) como também para ampliar os investimentos e consolidar a democratização do capital.

Todos esses esforços devem ser completados, levando-se sempre em conta a descoberta que demoramos a fazer de que tratamentos de choque e artificialismos nada resolvem. Sabemos que para concluir essa recuperação da economia brasileira falta uma reforma fiscal. Esta, aprovada por um Congresso que energicamente repudiou a corrupção, dará ao País novas perspectivas.